

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I – INFORMAÇÕES BÁSICAS

Nº Processo Administrativo: 019-2025

Área Requisitante: Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos.

Elaboração do ETP: Emanuella Santos Souto, Matrícula Nº 0025896, Secretaria de Planejamento e Orçamento.

De acordo com o art. 6º, inciso XX, da Lei 14.133/2021, o estudo técnico preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ainda de acordo com tal dispositivo, seu objetivo é servir de base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados. Por essa razão, não é objetivo deste documento adentrar em algumas questões técnicas e/ou escolha de metodologias construtivas que constituírem definições aplicáveis à etapa de desenvolvimento dos projetos.

II – DIAGNÓSTICO ATUAL E ESTUDO DA NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

1- DESCRIÇÃO DO PROBLEMA A SER RESOLVIDO (NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO)

Este item visa atender ao seguinte elemento **obrigatório** do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

O Parque Euclides Dourado constitui-se como um dos principais equipamentos públicos de lazer, esporte e convivência social do município, sendo amplamente utilizado por diferentes faixas etárias e grupos sociais. Diante do crescimento da prática do skate e de outras modalidades esportivas urbanas, observa-se a demanda crescente por infraestrutura adequada, segura e compatível com as normas técnicas vigentes, capaz de atender praticantes iniciantes e experientes, bem como fomentar o esporte como instrumento de inclusão social, promoção da saúde e ocupação qualificada dos espaços públicos.

A implantação de uma nova pista de skate justifica-se, portanto, pela necessidade de modernização e ampliação da oferta de equipamentos esportivos públicos, alinhando-se às diretrizes de desenvolvimento urbano sustentável e de incentivo às práticas esportivas e recreativas. A intervenção contribuirá para a

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

valorização do Parque Euclides Dourado, fortalecendo sua função social e ampliando sua capacidade de atendimento à população, além de reduzir a utilização inadequada de áreas públicas por praticantes do esporte em locais não projetados para essa finalidade.

Sob o aspecto técnico, o projeto contempla soluções construtivas adequadas às normas de acessibilidade, segurança e durabilidade, assegurando a correta execução dos serviços e a longevidade do equipamento público. A utilização do recurso proveniente da emenda parlamentar, nos termos do Contrato de Repasse nº 963730/2024, garante a viabilidade financeira da obra, observando-se os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, conforme preconizado pela legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a construção da nova pista de skate no Parque Euclides Dourado revela-se tecnicamente necessária e socialmente relevante, configurando-se como investimento estratégico na promoção do esporte, do lazer e da qualidade de vida da população de Garanhuns/PE, além de reforçar o compromisso do Município com a adequada aplicação dos recursos públicos e a melhoria contínua da infraestrutura urbana.

Diante do apresentado, este estudo irá definir a melhor solução para o atendimento da necessidade da administração pública.

2 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Este item visa atender ao seguinte elemento do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

Se tratando da previsão desta contratação no Plano de Contratações Anual, o mesmo não foi elaborado no exercício de 2024 pelo município de Garanhuns/PE. Vem sendo elaborado, conforme o Decreto Municipal 049/2023 em anexo, para o ano de 2025.

Porém, a contratação pretendida encontra amparo no planejamento da Lei Orçamentária do exercício de 2025, conforme fonte de custeio indicada abaixo:

Órgão	12000	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unidade orçamentária	12001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Função	15	Urbanismo
Sub-Função	451	Infraestrutura Urbana

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Ação	1.1015	Construção, reforma e aquisição de bens móveis e imóveis para ampliação e adequação de praças, parques e jardins.
Despesa	468	Aplicações Diretas
Elemento	4.4.90.51	Obras e Instalações
Recurso	100	Recursos Próprios

Órgão	12000	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unidade orçamentária	12001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Função	15	Urbanismo
Sub-Função	451	Infraestrutura Urbana
Ação	1.1095	Obras de calçamento e pavimentação asfáltica de vias.
Despesa	946	Aplicações Diretas
Elemento	4.4.90.51	Obras e Instalações
Recurso	119	Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Este item visa atender ao seguinte elemento do ETP:
Art. 18, § 1º, inciso III - requisitos da contratação;

Para o atendimento da necessidade da administração estabelecido anteriormente, os seguintes requisitos devem ser atendidos:

- A execução da obra deverá observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, de modo a assegurar padrões adequados de qualidade, durabilidade, desempenho e segurança, em especial as seguintes:
 1. **NBR 9050/2021 - Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos:** que estabelece critérios e parâmetros técnicos destinados a garantir condições de acessibilidade e uso seguro e autônomo dos espaços públicos;
 2. **NBR 16537 - Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação:** que dispõe sobre os requisitos técnicos para o correto dimensionamento, materiais, tipologia e posicionamento da sinalização tátil, assegurando a orientação, segurança e autonomia das pessoas com deficiência visual em espaços públicos;
 3. **NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão:** que define os requisitos técnicos para o projeto, execução e manutenção de instalações elétricas, visando à segurança das pessoas, à proteção dos bens e à eficiência das instalações;

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

4. **NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto – Procedimento:** que estabelece os critérios e requisitos mínimos para o dimensionamento e detalhamento de estruturas de concreto simples, armado e protendido.
- A obra deverá, ainda, atender integralmente às Normas Regulamentadoras – NR vigentes, expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente, mas não se limitando às seguintes:
1. **NR-6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI:** que dispõe sobre os requisitos relativos à aprovação, fornecimento, utilização e conservação dos Equipamentos de Proteção Individual;
 2. **NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em eletricidade:** que estabelece medidas de controle e sistemas preventivos destinados a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que interajam direta ou indiretamente com instalações e serviços em eletricidade;
 3. **NR 18 – Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção:** que define diretrizes administrativas, de planejamento e de organização voltadas à implementação de medidas de controle e prevenção de riscos nos processos, nas condições e no ambiente de trabalho da indústria da construção;
- O acompanhamento a fiscalização da execução deverá ser realizados em estrita conformidade com os projetos aprovados, os prazos contratuais estabelecidos e o orçamento previsto, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas.
 - A obra deverá ser executada com a utilização de materiais de primeira qualidade, em conformidade com as especificações técnicas do projeto, bem como com o emprego de mão de obra qualificada, observadas as boas práticas da engenharia e da construção civil;
 - Deverá ser atendida a Lei Municipal nº 4.619, de 01 de novembro de 2019, que dispõe sobre o licenciamento ambiental no âmbito do Município de Garanhuns/PE, bem como todas as condicionantes eventualmente estabelecidas pelos órgãos competentes;
 - Adicionalmente, a execução da obra deverá observar o disposto na Resolução CONAMA nº 307/2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão e o gerenciamento dos resíduos da construção civil, assegurando a correta segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Considerando a natureza complexa da intervenção em questão, determinados requisitos ainda não podem ser integralmente definidos nesta etapa inicial, uma vez que sua especificação está condicionada à conclusão dos projetos executivos e/ou à consulta a especialistas técnicos das respectivas áreas envolvidas. Assim, alguns parâmetros técnicos e operacionais serão estabelecidos posteriormente, à medida que houver maior aprofundamento nos estudos e detalhamentos necessários à plena viabilidade da obra.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

Este item visa atender a ao seguinte elemento **obrigatório** do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

1. Construção de uma Pista de Skate, localizada no Parque Euclides Dourado. A pista possui aproximadamente 1.800 metros quadrados de acordo com área reservada no parque para sua construção;

Nº	Praça Pública	Área de reforma estimada (m²)
01	CONSTRUÇÃO DE UMA PISTA DE SKATE NO MUNICÍPIO DE GARANHUNS-PE	1.800,00
TOTAL		1.800,00m²

Os quantitativos apresentados servem de ordem de grandeza para estimar o valor da contratação. Serão melhor definidos após a realização dos projetos executivos e planilha orçamentária. Os quantitativos definitivos irão constar de forma detalhada na memória de cálculo da planilha orçamentária.

III - AVALIAÇÃO DAS POSSÍVEIS ALTERNATIVAS

5 – ANÁLISE DE ALTERNATIVAS

Este item visa atender a ao seguinte elemento do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso V - levantamento de mercado, que consiste na **análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar**;

Para a resolução da necessidade da administração pública, tem-se duas possíveis alternativas: execução de forma direta ou indireta.

Na execução de forma direta, o município de Garanhuns enfrentaria as seguintes dificuldades:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

- Insuficiência de infraestrutura operacional: O município atualmente não dispõe de equipe técnica nem de maquinário com capacidade suficiente para a execução eficiente e em escala adequada dos serviços demandados;
- Complexidade na gestão de recursos operacionais: A multiplicidade de frentes de serviço sob responsabilidade da equipe própria exigiria um rigoroso controle logístico e administrativo, abrangendo o gerenciamento de pessoal, o fornecimento contínuo de materiais e a alocação adequada de equipamentos, o que poderia comprometer a fluidez e o cronograma de execução;
- Déficit de mão de obra especializada: Identifica-se a ausência de profissionais com qualificação técnica específica no quadro municipal, o que demandaria investimentos prévios em capacitação e treinamentos, impactando diretamente no tempo e na qualidade da entrega dos serviços;
- Risco de atrasos na execução: A carência de expertise em processos construtivos padronizados e boas práticas operacionais representa um fator crítico que pode comprometer a eficiência e a pontualidade na execução das atividades previstas;
- Dependência sob outras contratações: para execução dos serviços seria necessária a aquisição de materiais, aluguel/compra de maquinários e manutenção dos mesmos, gerando um custo maior para a administração pública, custos estes não previstos no Orçamento Anual para o exercício de 2025.

Ainda que, tais providências de estruturação fossem implementadas, o grau de especialização das empresas é superior. Sendo assim, não é uma alternativa viável executar de forma direta.

Já a execução indireta, através de contratação de empresa de engenharia especializada, garante inúmeros benefícios a administração pública, são eles:

- Aprimoramento da transparência e da competitividade: A realização do processo licitatório assegura a seleção da empresa com melhor qualificação técnica e capacidade operacional para a execução dos serviços, além de reforçar a transparência e a lisura dos procedimentos administrativos, conforme os princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade;
- Acesso a maior expertise técnica: Empresas especializadas, com histórico comprovado de atuação em serviços similares, agregam conhecimento técnico e domínio de boas práticas executivas, resultando em maior precisão, eficiência e qualidade na execução contratada;
- Conformidade com as normas técnicas vigentes: A familiaridade das empresas com os regulamentos normativos específicos do setor garante a execução em conformidade

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

com os padrões técnicos exigidos, assegurando a durabilidade, funcionalidade e desempenho adequado das soluções implantadas;

- Maior aderência ao cronograma de execução: A estrutura organizacional, os processos internos e os métodos padronizados adotados pelas empresas contratadas contribuem significativamente para o cumprimento dos prazos estabelecidos em contrato, reduzindo a possibilidade de atrasos injustificados;
- Mitigação de riscos contratuais: A elaboração da Matriz de Riscos, prevista na fase de planejamento da contratação, permite à administração pública identificar previamente eventuais riscos e estabelecer mecanismos de controle e responsabilização, resguardando o interesse público no caso de sua materialização;
- Proposição de soluções técnicas alternativas: A experiência acumulada pelas empresas executoras possibilita, durante a fase de execução, a sugestão de ajustes e melhorias técnicas que possam contribuir para o melhor desempenho do objeto contratado, respeitando os limites legais e contratuais estabelecidos.

Visando ainda, verificar qual alternativa tem sido utilizada por outros municípios no Estado de Pernambuco, foi realizada consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, reforçando ser uma alternativa comum ao atendimento de necessidades similares, conforme demonstrado abaixo:

Ato que autoriza a Contratação Direta nº DISPENSA DE Nº 244/2025
Id contratação PNCP: 08637373000180-1-000357/2025
Modalidade da Contratação: Dispensa Última Atualização: 28/10/2025
Órgão: MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA Local: Abreu e Lima/PE
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA DEMOLIÇÃO DA QUADRA COBERTA, DA PISTA DE SKATE E DOS EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA, LOCALIZADA NA PRACINHA DA CULTURA, RUA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, Nº168, CENTRO DO MUNICÍPIO DE ABREU E LIMA/PE.

>

Edital nº GC-SEPLAG-009-PL 0014/2025
Id contratação PNCP: 10565000000192-1-000821/2025
Modalidade da Contratação: Concorrência - Eletrônica Última Atualização: 24/10/2025
Órgão: MUNICÍPIO DO RECIFE Local: Recife/PE
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA PISTA DE SKATE PARK DO PARQUE GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS (AEROCLUBE), LOCALIZADA NO BAIRRO DO PINA, NO MUNICÍPIO DO RECIFE

>

Dessa forma, diante do que fora apresentado, constata-se que a execução indireta através da contratação de empresa de engenharia especializada, é a alternativa que melhor atende a necessidade do município de Garanhuns/PE.

6 – ESTIMATIVA DE VALORES

Este item visa atender a ao seguinte elemento **obrigatório** do ETP:
Art. 18, § 1º, inciso VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Para realização da estimativa, foi realizado a média de valores de outras contratações similares e multiplicado pela área aproximada da referida praça, obtendo-se o valor de **R\$ 725.052,03** (setecentos e vinte e cinco mil e cinquenta e dois reais e três centavos), conforme demonstrado abaixo e em planilha anexa:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA DESTINADA À COBERTURA DA ACADEMIA, LOCALIZADA NO PARQUE EUCLIDES DOURADO, NO BAIRRO HELIÓPOLIS, NO MUNICÍPIO DE GARANHUNS/PE.								
ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR UNIT. C/ BDI	TOTAL
2.1	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022 PS	m²	6,48	468,17	568,12	3.681,42
4.1	CPU 212	Próprio	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 20CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, COM ARMADURA DE ARRANQUE. AF_05/2020 (ITEM REF. SINAPI 101173 12/24) (CONFORME PROJETO ESTRUTURAL)	M	136	81,02	98,32	13.371,52
4.2	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m³	107,64	95,25	115,59	12.442,11
4.3	101243	SINAPI	ESCAVAÇÃO VERTICAL PARA INFRAESTRUTURA, COM CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE SOLO DE 1ª CATEGORIA, COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (ÇAÇAMBA: 0,8 M³ / 111HP), FROTA DE 7 CAMINHÕES BASCULANTES DE 18 M³, DMT DE 6 KM E VELOCIDADE MÉDIA 22 KM/H. AF_05/2020	m³	545,37	25,60	31,07	16.944,65
4.5	100323	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_01/2024	m³	66,94	229,34	278,30	18.629,40
4.11	96536	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	m²	265,35	75,80	91,98	24.406,89
4.13	94972	SINAPI	CONCRETO FCK = 30MPA, TRAÇO 1:2,1:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	m³	71,49	520,72	631,89	45.173,82
4.15	94319	SINAPI	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILLO-ARENOSO. AF_08/2023	m³	140,21	81,26	98,61	13.826,11
4.19	92769	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	1445,45	12,28	14,90	21.537,21
5.2	97093	SINAPI	ARMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM USO DE TELA Q-283. AF_09/2021	KG	6875,24	10,63	12,90	88.690,60
5.3	94972	SINAPI	CONCRETO FCK = 30MPA, TRAÇO 1:2,1:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	m³	200	520,72	631,89	99.307,83
5.5	CP - 1388	Próprio	POLIMENTO DE PISO CIMENTADO - R1(CONFORME COMPOSIÇÃO ORSE 8411)	M²	1800	28,00	33,98	61.164,00
5.6	92335	SINAPI	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 50 (2"), INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	198,67	83,03	100,76	20.017,99
5.8	CPU 214	Próprio	TRATAMENTO DE JUNTA DE DILATAÇÃO, COM SELANTE A BASE DE ALCATRÃO, INCLUSO PRIME (ITEM REF. SINAPI 98575)	M	1160	65,42	79,39	92.092,40
6.1	103316	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	500	79,27	96,19	48.095,00
6.3	87547	SINAPI	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	400	29,70	36,04	14.416,00
6.4	101963	SINAPI	LAJE PRÉ-MOLDADA UNIDIRECIONAL, BIAPOIADA, PARA PISO, ENCHIMENTO EM CERÂMICA, VIGOTA CONVENCIONAL, ALTURA TOTAL DA LAJE "LT" = 12 CM (ENCHIMENTO+CAPA) = (8+4). AF_08/2025	m²	95	227,69	276,30	19.494,76
6.9	99839	SINAPI	GUARDA-CORPO DE AÇO GALVANIZADO DE 1,10M DE ALTURA, MONTANTES TUBULARES DE 1.1/2 ESPAÇADOS DE 1,20M, TRAVESSA SUPERIOR DE 2, GRADIL FORMADO POR BARRAS CHATAS EM FERRO DE 32X4,8MM, FIXADO COM CHUMBADOR MECÂNICO. AF_04/2019 PS	M	110	498,23	604,60	66.506,00
6.10	CP - 1475	Próprio	BANCO DE CONCRETO EM ALVENARIA DE TJOLOS, ASSENTO EM CONCRETO ARMADO, SEM ENCOSTO, PINTADO COM TINTA ACRÍLICA, 2 DEMÃOS (REF. ITEM: 3226 (ORSE 02/04))	m	66,24	199,16	241,68	16.008,88
7.7	91856	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	312	13,20	16,02	4.998,24
7.10	101659	SINAPI	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 181 W ATÉ 239 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025 PS	UN	20	758,76	920,76	18.415,20
7.12	91931	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	450	10,68	12,96	5.832,00
						Total:	R\$	725.052,03

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Os quantitativos apresentados servem de ordem de grandeza para estimar o valor da contratação. Este valor sofrerá alterações após a realização dos projetos executivos e elaboração da planilha orçamentária correspondente.

IV – DESENVOLVIMENTO DA MELHOR SOLUÇÃO

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Este item visa atender a ao seguinte elemento do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A solução que melhor atende a necessidade da administração, constitui o processo licitatório a ser realizado com o seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PISTA DE SKATE NO MUNICÍPIO DE GARANHUNS-PE**, a ser realizado na modalidade de **CONCORRÊNCIA**, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO** e execução indireta através do regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

A definição da solução como um todo, com suas exigências de manutenção, depende da elaboração do projeto básico completo, bem como de definições de projeto, não sendo possível nesta etapa preliminar de estudo uma definição completa.

8 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Este item visa atender a ao seguinte elemento **obrigatório** do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

O objeto em questão não será parcelado, sendo esta opção a mais vantajosa para a administração.

Trata-se de um objeto simples, em que o seu parcelamento implicaria na realização de um controle maior da execução dos serviços, devido ao fato de existir mais de um contrato a ser gerenciado pela secretaria correspondente.

Além disso, do ponto de vista técnico, é mais vantajoso a execução ser realizada pela mesma empresa, pois viabiliza padronização na execução, maior controle dos prazos e responsabilização única.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

9 – RESULTADOS PRETENDIDOS

Este item visa atender a ao seguinte elemento do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Com a realização desta contratação, visa-se:

- **Promover a coesão social:** através da valorização dos espaços públicos é possível incentivar o fluxo de pessoas e a integração da comunidade, promovendo a interação entre diferentes faixas etárias;
- **Promover o bem-estar psicológico:** as praças são locais que promovem relaxamento, descanso, praticar atividades físicas, interação social e contato com a natureza;
- **Promover um ambiente saudável:** as praças são os locais com mais vegetação nas cidades, o que ajuda a melhorar a qualidade do ar e reduzir a poluição;
- **Promover a valorização do espaço:** os frequentadores podem se sentir mais responsáveis pela preservação do espaço, o que pode levar a uma postura participativa da população;
- **Proporcionar a recuperação de espaços subutilizados no município:** a população passa a frequentar aquele local, integrando-o a comunidade, construindo vínculos sociais naquele espaço e servindo de ponte para o enfrentamento dos problemas de violência e marginalização de ambientes;
- **Promover a valorização imobiliária:** a reforma e construção de praças aumentam o valor dos imóveis próximos, pois oferecem um ambiente mais agradável e atrativo. Além disso, a infraestrutura adequada estimula o desenvolvimento urbano e atrai investimentos;
- **Manutenção da rota religiosa:** a reforma é essencial para manutenção da praça como rota religiosa deste município.

10- PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Este item visa atender a ao seguinte elemento do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Previamente à celebração do contrato, faz-se necessário:

- Definir os responsáveis pela fiscalização e gerência do contrato através de portaria e capacitá-los ao exercício de suas funções, sendo esta uma meta a ser cumprida pela Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos;
- Definir o fiscal técnico da execução da obra;

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este item visa atender a ao seguinte elemento do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

Não se aplicam outras contratações ao objeto, pois ele possui funcionalidade e é capaz de solucionar a necessidade da administração por si só.

12- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

Este item visa atender a ao seguinte elemento do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

A contratação decorrente deste estudo, exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

A licença ambiental será providenciada pela Prefeitura de Garanhuns, sendo a manutenção e gerenciamento da mesma responsabilidade da empresa contratada.

A empresa deverá atentar-se as seguintes exigências/recomendações:

1. Executar a obra de acordo com o Projeto Executivo de Engenharia apresentado, ficando proibida a expansão dessa área sem prévia anuência da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SDRMA;
2. A ocupação deverá ser feita de modo a preservar o máximo possível o escoamento natural das águas evitando a possibilidade de estagnações, alterações prejudiciais aos recursos hídricos, ao solo, etc.;
3. A instalação do canteiro de obras deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente no que diz respeito à proteção do meio ambiente;
4. Não será permitido o lançamento no solo de qualquer efluente líquido, principalmente as águas servidas e/ou resíduos provenientes da manutenção (óleo, graxas etc.) dos equipamentos, sem tratamento adequado;

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

5. A coleta e destinação final dos resíduos apenas deverão ser realizadas por empresas licenciadas ambientalmente;
6. A obra deverá ser realizada de acordo com as normas da ABNT e o que recomenda as Normas Brasileiras, sendo sua execução de inteira responsabilidade da empresa contratada;
7. A vegetação nativa é protegida pela Lei Federal de nº. 12.651/2012 e não poderá ser retirada sem prévia autorização da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SDRMA;
8. Caso identificada a necessidade de supressão de vegetação, solicitar previamente à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SDRMA a respectiva autorização;
9. Deverá ser respeitado o nível de intensidade de sons ou ruídos, de acordo com a Lei Municipal nº 4.224/2015 e, Normas NBR 10.151, 10.152 e Resolução CONAMA 01/1990;
10. A empresa deverá seguir os preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei Federal nº, 12.305/10, Política Estadual de Resíduos Sólidos – Lei nº, 14.236/10 e da Resolução CONAMA 307/2022, além das demais legislações vigentes e pertinentes à questão de resíduos sólidos;
11. A empresa deverá cumprir as exigências previstas na Lei Municipal Nº 4.619/2019 que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental e infrações administrativas;
12. Deverá ser afixada a Licença Ambiental em lugar visível no canteiro de obra, sob as penas da lei;
13. O não atendimento as exigências e prazos implicará na perda de validade da Autorização Ambiental.

V – PARECER CONCLUSIVO

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Este item visa atender a ao seguinte elemento **obrigatório** do ETP:
Art. 18, § 1º, inciso XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Com base nos estudos e análises aqui expostos, conclui-se pela **viabilidade** da contratação na forma avaliada neste estudo técnico.

Frisa-se, ainda de acordo com tal dispositivo, que o objetivo deste ETP é servir de base ao projeto básico a ser elaborado posteriormente. Por essa razão, não foi

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

objetivo deste documento adentrar em algumas questões técnicas e/ou escolha de metodologias construtivas que constituirão definições aplicáveis à etapa de desenvolvimento dos projetos.

Garanhuns, 29 de outubro de 2025.

Elaboração do ETP:

Emanuella Santos Souto

Matrícula Nº 0025896

Secretaria de Planejamento e Projetos.


EMANUELLA SANTOS SOUTO
ENGENHEIRA CIVIL
CREA PE Nº 1820693465

Aprovação:

Sandro Wlaudemyr De Oliveira Gomes

Matrícula 0025581 - Portaria 45/2025-GP

Secretário de Planejamento e Projetos.

Elaboração do ETP:

Aprovação:

Sinval Rodrigues Albino

Secretário de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos

Portaria nº 04/2025-GP E 05/2025-GP